

Resolução

A situação dos trabalhadores no nosso país, em particular a dos trabalhadores das IPSS, é marcada por dificuldade em fazer face ao brutal aumento do custo de vida.

O pacote laboral apresentado pelo governo PSD/CDS, com o apoio do CH e IL, representa um enorme retrocesso nos direitos dos trabalhadores. Contém propostas que visam a perpetuação e o agravamento dos baixos salários, intensificam a desregulação dos horários de trabalho, multiplicam os motivos e alargam os prazos para os vínculos precários, facilitam ainda mais os despedimentos e limitam os mecanismos de defesa e reintegração dos trabalhadores, procurando impor o despedimento sem justa causa.

Atacam ainda os direitos de maternidade e paternidade, promovem a caducidade/ destruição da contratação colectiva, põem em causa o princípio do tratamento mais favorável em mais matérias, atacam a liberdade sindical e o direito de greve, impondo limitações que ferem de forma profunda estes direitos fundamentais. Este conjunto de propostas vai claramente contra aquilo que é necessário e justamente reivindicado e exigido pelos trabalhadores das IPSS.

Os trabalhadores das IPSS desenvolvem um trabalho altamente qualificado e especializado, desempenham um papel social e educativo insubstituível no cuidado, no acompanhamento, na garantia da dignidade de populações particularmente vulneráveis e em situação de fragilidade, nomeadamente idosos, pessoas com deficiência e crianças.

Todo este trabalho não tem sido devidamente valorizado pela CNIS e pelas Direcções das Instituições, antes pelo contrário, nos últimos anos, verifica-se que o leque salarial reduziu e as carreiras profissionais, sofreram uma compactação enorme, colocando uma larga maioria dos trabalhadores do sector com salários a rondar o Salário Mínimo Nacional.

É urgente a revisão do Contrato Colectivo de Trabalho, com valorização das carreiras profissionais repondo a valorização existente em 2009, que não sendo a necessária, será um passo no caminho que todos precisamos de percorrer para a dignificação e valorização da profissão que exercemos diariamente.

Assim, os trabalhadores de IPSS's, reunidos em Coimbra no dia 15 de Janeiro de 2026 reafirmam a rejeição do pacote laboral e continuação da luta pela sua retirada e exigem:

- A fixação do salário mais baixo no sector em 1050 euros;
- A valorização das carreiras e profissões exercidas, com reposição do leque salarial existente em 2009 com o objetivo de no mais curto espaço de tempo atingirmos o leque salarial que o CCT previa em 2009;
- O fim da discriminação na carreira dos educadores de infância em creche, em relação aos colegas da educação pré-escolar;
- 35 horas para todos sem perda de retribuição;
- Horários regulados que permitam a conciliação da vida familiar com a vida profissional;

Os trabalhadores decidem ainda:

Mandar a CNS (Comissão Negociadora Sindical) para aprovar as formas de luta necessárias a cada momento, com vista ao alcance destas justas reivindicações, assim como para as lutas necessárias para travar o pacote laboral apresentado pelo governo.

Coimbra, 15 de Janeiro de 2026